

## “PARAÍBA MASCULINA”: HONRA E VIRILIDADE NA REVOLUÇÃO DE 1930

Alômia Abrantes\*

**Resumo:** Este trabalho procura relacionar os sentidos de honra e virilidade presentes nas representações do masculino, que prevalecem nas narrativas sobre os acontecimentos de 1930 na Paraíba. Para tanto, recorta e compara elementos associados às imagens de José Pereira, João Pessoa e João Dantas, indicando suas aproximações e distanciamentos dos modelos normativos de masculinidade naquele contexto, e atualizados por uma produção discursiva recorrente. Insere-se, pois, no campo das discussões de gênero e da história cultural.

**Palavras-chave:** masculinidade – honra - política

**Abstract:** This work aims at trying to relate the meanings of honor and virility present in the representations of the male which prevails in the narrative of the events occurred in 1930 in Paraíba. To do so, a cut and comparison of elements associated to the images of José Pereira, João Pessoa and João Dantas is done, tracing their approximation and detachment from the regulatory models of manhood in that context and modernized by a recurrent discursive production. It is inserted in the field of discussions of gender and cultural history.

**Key-words:** manhood – honor - political

O baião *Paraíba*, composto por Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira, famoso por cantar a “Paraíba masculina, muié macho sim sinhô”, superpõe em sua letra signos de épocas distintas, mas que conservam suas aproximações: 1950, a época de seu lançamento, e 1930, o ano a que faz alusões através do “eita, pau pereira, que em princesa já roncou”, referindo-se aos ânimos aguerridos da revolta de Princesa, cuja liderança era do coronel José Pereira Lima, e que contribuiu decisivamente para os acontecimentos conhecidos na historiografia brasileira como “revolução de 1930”. Mais que explorar as relações desses acontecimentos representados na narrativa musical, procura-se aqui enfatizar e discutir algumas questões de gênero aí imbricadas, em especial suas ressonâncias sobre a constituição de uma imagem de masculinidade que se agrega à identidade da Paraíba, impressa inclusive naquela sobre as mulheres nascidas na região.<sup>1</sup>

Entende-se aqui que as imagens de José Pereira Lima, o coronel da revolta de Princesa, que emergem, sobretudo, de narrativas memorialistas, são tecidas numa relação dinâmica e intensa de alteridade, com aquele que à época constitui um território de oposição

---

\* Professora adjunta do Departamento de Geo-História da Universidade Estadual da Paraíba( UEPB).

<sup>1</sup> Este texto faz parte de uma discussão mais ampla sobre a constituição histórica da imagem da Paraíba como “mulher-macho”, apresentada como tese de doutoramento em História/PPGH-UFPE (SILVA, 2008).

política, que logo se ver revestido de digressões éticas e estéticas: no caso, a imagem do então presidente de Estado, João Pessoa. Este último, por sua vez, também será perfilado em oposição àquele que veio a assassiná-lo em outubro de 1930, o advogado João Dantas, partidário e amigo de José Pereira. Narrativas marcadas por signos fálicos, que tecem um lugar de prevalência para valores tidos culturalmente como próprios do masculino e que convergem para a representação do “típico” homem sertanejo, cujas características imprimem-se nas imagens das mulheres nascidas na Paraíba, intensificadas pela síntese da “Paraíba masculina, muié macho sim senhor” que o refrão da canção pôs em movimento.

José Pereira Lima tem seu retrato de memória frequentemente traçado por signos fálicos, que o fazem cintilar em seu contexto como nome de honra e valentia para alguns grupos, assim como outros o relacionam a uma série de mandos e desmandos que resultaram em conflitos armados, marcando um dos momentos de maior violência na história política da Paraíba.<sup>2</sup> Ora, a própria configuração do lugar da autoridade de coronel, uma variante então ainda muito viva do poder patriarcal, contribui para a idéia de poder, assim como para a concepção de Estado, como esferas de atuação próprias do masculino e das qualificações que culturalmente o constituem.

Ao masculino caberia o zelo pela honra, que por sua vez atrela-se constantemente a exibição e preservação de seu caráter viril, uma qualidade que facilmente se imputa inclusive a terra que este poder nomeia como seu domínio, assim como ao corpo das mulheres. Honra, como se sabe, era um valor moral em grande evidência naquele contexto, e, em nome dela, muito se justificava, tanto a vida quanto a morte, a sua e a dos outros (CAULFIELD, 2000). Ela será constantemente evocada pelos líderes envolvidos nos conflitos de 1930, recebendo nuances diferenciadas quando se refere aos territórios públicos ou privados.

Diz-se, por exemplo, que em nome da honra José Pereira comandou a sedição de Princesa; diz-se também que num gesto honroso João Pessoa negou o apoio ao presidente da República Washington Luís e acirrou as tensões que colocaram a Paraíba no centro das questões políticas nacionais naquele momento; diz-se ainda que, para vingar sua honra, João Dantas alvejou e matou João Pessoa na Confeitaria Glória em Recife. Logo, por honra, João Pessoa morreu e tornou-se mártir; sem esquecer que também foi dito que, por ser uma opção

---

<sup>2</sup> A Revolta de Princesa veio representar o auge de uma dissidência no interior do Partido Republicano (PR), dividido numa área conservadora e numa outra liberal, que então se afinava com o projeto político reformador do presidente de Estado, João Pessoa. Este, empreendendo uma campanha contra aqueles que “protegiam cangaceiros”, e medidas como a de uma reforma tributária, que pretendia evitar o escoamento e entrada de mercadorias pelos estados vizinhos, angariou a antipatia de coronéis como José Pereira. Por sua vez, o coronel, sentindo seu poderio afrontado, declarou a autonomia do município sob seu comando, Princesa, do restante da Paraíba, o que repercutiu em guerra civil, em março de 1930. (RODRIGUES, 1978)

mais honrada entre as poucas de que dispunha, Anayde Beiriz tirou a própria vida, e ainda teve a sua honradez posta em dúvida constante por conta da sua relação amorosa com João Dantas e, principalmente, por ser ela uma mulher figurando num território de tantas paixões e poderes viris.<sup>3</sup>

O trabalho de Sueann Caulfield (2000), *Em Defesa da Honra*, permite acompanhar como as perspectivas sobre a honra serão incorporadas às normas juristas no Brasil na virada do século XIX para o XX, com os conflitos e aproximações entre a noção patriarcal e a noção burguesa, esta tendo a honra como uma virtude individual, aquela como um recurso familiar. Uma espécie de conciliação se estabelece entre tais noções mediante as especificidades da sociedade brasileira, o que vem reforçar os valores da família que o estudo antropológico de Pitt-Rivers descreve como típicos dos países latinos: “a honra como precedente era a prerrogativa dos homens, a honra como atributo moral (pureza sexual) era restrita às mulheres, e à defesa da honra feminina, uma responsabilidade masculina” (CAULFIELD, 2000: 86).

José Pereira é comumente referenciado nas narrativas ao seu respeito pelas “raízes” sertanejas. Não à toa, na música de Gonzaga e Teixeira, a expressão “pau pereira” também isso reforça, sendo a pereira uma madeira de vegetação resistente, típica do sertão; mas também é “pau” que ronca, que faz a luta, que golpeia, e que nesta profusão de metáforas constrói o macho, intensifica sua virilidade porque não deixa de, no fluxo das narrativas, tornar-se uma referência fálica.

Aliás, pode-se dizer comum esta relação simbiótica de imagens do homem do sertão nordestino com as características que se atribuem “por natureza” à região, sobretudo no sentido da rusticidade e resistência. Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2003), em sua história do gênero masculino no Nordeste (1920-30), citando fontes do período, apresenta algumas dessas idéias então correntes:

*Os tipos populares do sertão nordestino, por serem incultos, teriam costumes e psicologias muito particulares, marcados pela “profundeza de caráter de homens rústicos”, pela “valentia, alegria, ironia...” O sertanejo seria da mesma natureza do juazeiro, única árvore a resistir às prolongadas estiagens, com os seus predicados “primacias de resistência, sobriedade, desinteresse e franqueza.” (ALBUQUERQUE JR., 2003: 208, grifo meu)*

---

<sup>3</sup> Acontecimentos considerados deflagradores do que se convencionou chamar de revolução de 1930, possibilitando a ascensão de Getúlio Vargas à Presidência da República e demarcando o final da Primeira República no Brasil. Há uma larga discussão sobre estes fatos na historiografia brasileira e, particularmente, naquela produzida na Paraíba. Para confrontar as visões sobre tais ver, por exemplo, as memórias de Inojosa(1980) e Vidal (1978), referências neste trabalho.

O hino do Território Livre de Princesa, composto pelo poeta Austro-Costa em 1930, assim como o baião *Paraíba* em 1950, também enaltecem e evocam predicados como esses que vão traçando a imagem de José Pereira. Porém, esta não se cola totalmente a dos tipos populares, pois não se trata de um inculto, é um coronel que teve acesso aos estudos, que experimentou ventos cosmopolitas e que assumiu na sua rota de comando um papel de intermediador entre os interesses do seu sertão, Princesa e adjacências, e dos núcleos mais urbanizados de Pernambuco e da Paraíba.

Na escrita de Joaquim Inojosa (1980) sobre a *República de Princesa* temos o retrato de um chefe político próspero, cordial, humanitário, dinâmico e estreitamente ligado às raízes, preocupado com os problemas regionais, apontados como a causa que fez José Pereira abandonar seus estudos e vida na capital. Decerto não se encontra nessas imagens um perfil muito tradicional no que se refere ao coronelismo. Um perfil assim comungava com as necessidades que então sentiam as oligarquias rurais sertanejas, pressionadas pelas mudanças advindas com a República e os ventos de modernização que afetavam as relações produtivas. Um mundo em declínio era o que Zé Pereira representava, mas pelos discursos que o perfilam, nele, resistiam qualidades que deveriam permanecer vigorosas, associadas a uma adaptação aos novos tempos, que serviam para manter a legitimação do seu poder, centralizado e personificado.

Em sua tese sobre a “invenção do Nordeste”, Albuquerque Jr. (1999) analisa como os anos 1920 e 1930 foram marcados por toda uma série de práticas discursivas e não-discursivas que constituíram a ideia de Nordeste e tipificaram o nordestino. Para este concorreu principalmente essa imagem atribuída ao sertanejo, de resistente “por natureza” — um ser que “brota” como extensão das próprias características de clima, vegetação e do solo da região. As lideranças nordestinas deveriam, pois, se apropriar dessas características para resistir às exigências da modernidade — em verdade, adaptar-se a elas, mas sem vergar, sem amolecer.

Assim, um projeto se configura junto às elites, materializando-se através de uma produção intelectual que defende para os sertanejos incultos e pobres os benefícios da civilização — a urbanização, a higiene, educação e novos códigos de sociabilidade. Ao passo que devem intensificar nas suas lideranças os caracteres sertanejos que faziam destes “acima de tudo, uma reserva de virilidade, macheza, bravura, capacidade de luta e enfrentamento, de energia para as batalhas que o espaço regional parecia carecer”; afinal “o sertanejo era um valente, um brigão, em defesa da honra e do bem...” (ALBUQUERQUE JR, 2003:210)

Um projeto que opera num trânsito entre a tradição e a modernidade, e que se configura num tabuleiro de peças políticas, que naquele momento pareciam se movimentar com grande agilidade. A ascensão política do grupo Pessoa na Paraíba — tendo à frente Epitácio Pessoa que chegara à presidência do país (1919-1922), parece, pois, materializar este projeto, e num primeiro momento passa a consolidá-lo, como lembrou Inojosa (1980), com o apoio indispensável de um coronel, do próprio José Pereira, o que, decerto, em algum momento, em detrimento da crescente oposição ao mundo que este representava, teria a fragilidade desse pacto exposta.

A fissura se evidencia a ponto de inspirar um mau prenúncio na política da Paraíba em 1930. O que justamente possibilita pensar que aí se moviam imagens distintas para o “novo tipo” de homem, que calcado nas bases sertanejas, governasse. Verifica-se que há outra elite em franca ascensão, que embora sem desvincular-se da produção agrícola e das relações sócio-econômico tradicionais, necessitava atualizar seus códigos para acompanhar as mudanças exigidas pela dinâmica do capital, da expansão comercial e industrial, com que se deparava todo o país e do qual se ressentia o Nordeste, como soou inclusive no discurso de posse de João Pessoa em 1928 (LEWIN, 1993). Este, em sua fala, amalgama estes interesses, procura não apenas indicar, mas representar ele mesmo uma síntese, uma convergência destes.

Só para enfatizar, não se trata de perceber um projeto político que se possa considerar revolucionário, ao qual corresponderia uma significativa transformação de um modelo de masculinidade. Este, claramente, continua sendo forjado nas mesmas bases que possibilitaram inscrever José Pereira num lugar de idealização, mas alcança outra dimensão ao instaurar a *sertanidade* noutra espaço, no coração da *urbs*, no litoral. João Pessoa, também nascido no sertão paraibano, é lembrado pela sua experiência de ter vivido no Rio de Janeiro, viajado pela Europa, ganhando visibilidade como um “protótipo do sertanejo modernizado”. Suas ações são reformadoras, justificadas em nome da ordem, da disciplina e do progresso para a Paraíba. Pontes, praças, estradas, porto... o Estado, mais particularmente a Capital, experimentam a intensificação desta modelagem urbanizadora.

Rica para ilustrar a imagem de um “novo estadista” é uma passagem do livro de Ademar Vidal (1978), um dos principais artífices da memória de João Pessoa, em que narra uma lembrança deste caçando no sertão: um homem que gosta de caçar, que sabe carregar um rifle, mas que faz desta um outro jogo de estratégia, que não culmina com a morte da caça, mas com a observação do alvo, com o drible. Vidal, ao construir esse retrato, nos dá a impressão de tratar-se de um militar em sua corporeidade, mas um militar-burocrata, que tem na escrita, nas operações contábeis e articulações, seu “poder de fogo”. Executivo, não

executor. Imagem que mistura austeridade a uma aura romântica, que por sua vez produz uma empatia com o povo e, de modo particular e curioso, com as mulheres. Aliás, faz-se necessário demarcar que é em torno da imagem dele, inclusive como parte da sua construção, que se legitima uma presença feminina em passeatas e homenagens, o que muito concorrerá para esta simbiose nomeada pelo baião de uma “Paraíba mulher-macho” (SILVA, 2008).

Neste fluxo, os agenciamentos das imagens do sertanejo coladas a José Pereira e a João Pessoa adquirem no conflito armado a exacerbação do conflito simbólico: quem melhor se investe do poder másculo, quem melhor representa a idealização dos “cabras-macho” sertanejos? Um fazer-se “macho” que a situação de “guerra” intensifica. Um traço comum nas imagens normatizadas do masculino, que encontra sob a estética da violência uma forma singular, liberadora, de expressão. Numa leitura de traços psicanalistas, Sócrates Nolasco, escrevendo sobre *o imaginário masculino e as ideologias de guerra*, nos acrescenta:

*As guerras cumprem, como rito, a função de dar acesso a muitos afetos existentes na identidade dos homens e que só podem se expressar sob a estética da violência. Como nos lembra Ariés, não foi o individualismo que triunfou, foi a família, que gera, incita e produz uma mentira que os homens ouvem desde cedo, transformando-se assim em verdade: “vocês são os melhores.” Conseqüentemente, nas guerras essa crença será testada e só resta aos homens uma possibilidade: ganhar. (NOLASCO, 1993:83)*

Tantos signos fálicos, evidenciados no campo de batalha, remetem-nos ao discurso lacaniano sobre a masculinidade, em especial sobre sua conceituação de falo enquanto um valor simbólico e adquirido pelo órgão sexual nas fantasias. Lia Machado (2004:37-40), também estudando as relações entre masculinidade e violência, explica que, sem que seja o pênis orgânico, Lacan o denomina como o significante privilegiado nas representações de força e potência, a partir do qual, ou melhor, da sua posse, se organizam todos os sujeitos, sejam masculinos ou femininos. O masculino é, pois, engendrado como aquele que se identifica como tendo o falo e a potência, enquanto o feminino é marcado pela ausência do pênis, pela castração. O que serve para definir a função paterna e materna, sendo o pai o *locus* detentor do poder, o representante da lei — possuidor do cajado de força, o ‘órgão erétil’, que simboliza o lugar do gozo.

Teorização esta que muitas críticas recebe de estudos feministas, por estabelecer o masculino como unidade definidora das diferenças de sexo e libido, mas que ainda assim tornou-se valiosa nas discussões dos estudos de gênero nas últimas décadas. Posto que, enquanto tomado como significação, operando no terreno da linguagem, a apropriação do falo permite aos sujeitos se inscreverem em lugares opostos àqueles demarcados por suas

anatomias. O que, neste jogo, instaura e difunde a possibilidade de não haver correspondência entre gênero e sexo. Questão importante, inclusive, para compreender então a convivência com imagens identitárias híbridas, que, denunciando a ausência de conceitos mais apropriados e/ou abrangentes, são nomeadas freqüentemente como “homem masculino” ou “homem feminino”, bem como “mulher feminina” ou “mulher masculina”, como discutem Lia Machado (2004) e Sócrates Nolasco (1993).

Tais pressupostos teóricos têm ressonância com a construção do conceito de patriarcalismo, como apresentado nos estudos de Gilberto Freyre, que emerge em oposição a uma ameaça de feminização social, percebida intensamente no norte do Brasil, na transição entre os séculos XIX e XX.<sup>4</sup> Analisando-o, Albuquerque Jr. (2003:146) atenta que, a despeito do que uma vasta historiografia que lida com relações de gênero tende a perceber, o patriarcalismo da obra freyriana, fértil para compreender o período aqui demarcado, presente também na fala de muitos tradicionalistas do início do século passado, mais que um conceito rigoroso, é uma metáfora que ajuda a descrever um período. Imagem que se relaciona com o universo masculino — com o comando, o domínio, as relações de proteção, que são então considerados como o papel dos homens, definidos em relações de base familiar, em especial dos homens da elite, que deveriam reagir ante as ameaças de desordenamento social, enfraquecimento político e declínio econômico. Conceito que teria emergido não apenas como ferramenta de descrição do passado, “mas para agir de forma reativa em relação às várias mutações do presente”.

José Pereira simboliza bem a incorporação desta metáfora. Assim, para angariar sua vitória e consolidar-se como “bicho macho de verdade”, um verdadeiro “homem masculino”, passa-se nesta guerra pela preservação do poder do “pai” — em “nome-do-pai” — valer todas as armas, mas uma, em especial, constrói o rito, alimenta-o incessantemente: o falo que é significado na, e através da “arma-palavra”, capaz de ocupar o lugar dos corpos e de dar acesso aos afetos. João Pessoa também irá se utilizar francamente dessa arma. Palavra não apenas pronunciada, mas escrita, e assim, mediada, lapidada. Projétil que segue em fluxos discursivos, mirando um alvo privilegiado: o de tornar-se palavra da memória, participando do rito que mantém atualizado os sentimentos e sentidos do passado, sendo uma prática,

---

<sup>4</sup> Elizabeth Badinter (1993:40) atenta que a teoria do patriarcado eterno, na base do pensamento laciano, para justificar o poder do falo está atualmente caduca: “o poder dos homens sobre as mulheres, definidas como objetos de troca, parece-nos pertencer a outro mundo”. Embora sem discordar completamente da autora, como uma teoria que tem suas demarcações históricas, as referências lacianas demonstram uma funcionalidade pertinente para o período a que este trabalho se reporta e para os sujeitos que nele se constituem.

através da qual, muitos outros sujeitos se inscreverão, passando também a corporificar a metáfora, bem como sendo por ela corporificados.

Imagens de homens detentores de poder, que prezam a centralização e o domínio. A princípio, José Pereira e João Pessoa são partes de um mesmo projeto político, peças acionadas pela estratégia de um mesmo jogador — Eptácio Pessoa, mas que surpreendem, saltam e mudam as configurações do jogo, fazendo esvaecer a autoridade deste último sobre o tabuleiro. Um, decerto, por ocupar um lugar de tradição que não o permitia, mesmo anunciada a crise, ser todo o tempo apenas uma peça, uma vez que se acostumara a ser o jogador por excelência; outro, representando a outra face daquele projeto, aquela mais modernizadora, liberal, não encontraria, contudo, um caminho aberto para suas pretensões e logo ocuparia na mesa seu lugar de estrategista, favorecido pelo cargo político que ocupava. Um tendo sua imagem construída em contraponto a do outro. Entre as coisas consideradas mais vis que disseram em sua guerra verbal, um chamou ao outro de “cangaceiro”, no que depois ouviu em revanche o epíteto de “tarado” — estratégias discursivas de atingir a honra, de ferir aquilo que de perto se confundia com ela, sobretudo, suas imagens de homem. Acusando-se reciprocamente de doença orgânica ou moral, e cada vez mais estas se apresentavam todas no campo da moralidade, os predicados conjugavam-se pelas regras e valores em evidência naquele momento, como os discursos e práticas eugenistas e higienistas que então vigoravam, embasando a concepção de uma raça mais pura, legítima e saudável. Projetos de sanidade e disciplina que pesavam sobre os corpos dos indivíduos e que os confundiam com a imagem de um corpo para o próprio Estado (COSTA, 1979).

A este combate soma-se a imagem de João Dantas, que veio por um fim no duelo entre os dois líderes, assassinando João Pessoa, mas prolongando a vida dessa disputa de imagens pela representação mais legítima da honra e da virilidade associada a tais acontecimentos. Contudo, às razões imputadas ao ato extremado de Dantas, agrega-se mais intensamente a relação entre honra e sexualidade, divulgando-se, como forma de tentar abalar o que alguns viam como uma decisão honrosa, uma ideia de desvirtuamento dos códigos das normas sexuais. Dantas, considerado amoral por supostamente manter uma relação de intimidade sem estar casado com a namorada, a professora e escritora Anayde Beiriz, será muitas vezes acusado de perversão e insanidade. Contudo, muitas vezes se discutiu o valor do seu ato atrelado aos códigos de honra e coragem que o habilitariam ou não a encarnar o “cabra-macho” sertanejo.

Joaquim Inojosa (1980) lembra justamente que é o apelo ao desagravo da família e da intimidade violada - Dantas tivera sua casa invadida e pertences saqueados supostamente a



mando do presidente - que fazem ferver os ânimos do “sertanejo”, sendo uma atitude de se esperar dentro daquele clima de ofensas e agressões à dignidade, portanto, à honra, como “um sentimento que a tudo se sobrepuja”, como vem justificar o próprio João Dantas em seu depoimento à polícia após matar João Pessoa. Evidencia-se assim uma prática ainda costumeira no Brasil, cuja intensidade poderia variar de acordo com a ofensa, mas que ao adentrar no território do considerado íntimo, particular, exigia a desautorização máxima daquele que a maculara, ou seja, o seu silenciamento para sempre.<sup>5</sup>

Já para Ademar Vidal, o ato extremado de Dantas viera confirmar os indícios de uma vida “imoral”, como aqueles que diz ter sido encontrados na casa dele. Afinal, é para não afrontar a honra das famílias, que se considera impubescível o conteúdo de um suposto “caderninho”, em que haveria escritos íntimos de Dantas e Anayde Beiriz . Com base naquilo que Vidal sugere ter visto, afirmar-se-á que Anayde Beiriz não era noiva, mas amante de João Dantas, julgamento que sugere a “desonra” de Anayde, já que a insinuação de uma vida sexual fora do casamento tirava dela este qualificativo, o que costumeiramente, no caso das mulheres, se representava pela idéia da virgindade.<sup>6</sup>

Vidal coloca então em xeque as declarações que diziam ter João Dantas se anunciado ao presidente, antes de atirar, o que vinha corroborar a ideia de uma vingança corajosa, de “cabra macho”. Procura ainda com veemência desmerecer esse ato de qualquer traço de “ética regional”:

*Não há consciência limpa que não condene o crime de uma pusilanidade vergonhosa, pois nenhum autêntico paraibano seria capaz de atirar num homem sentado, desprevenido, desarmado e mais, fazendo-o de surpresa. **Porque, como é da ética regional, primeiro se manda que a vítima imediatamente se “levante para morrer” e, em casos especiais, o algoz pede a ela até que “se arme” para defesa. Somente dentro da lealdade se verifica um encontro para decidir. A tradição impõe tais “requisitos e detalhes de honradez”.** (VIDAL, 1978: 251, grifo meu)*

Com esta fala, o autor procura desqualificar a atitude de Dantas, situando-o naquilo que lhe parece caber mais nos códigos dos “criminosos profissionais”. Portanto, diante da ética da tradição ele não teria agido de forma honrada, sendo também perante ela julgado e

---

<sup>5</sup> Certamente, pensando como advogado, Dantas esperasse que no seu julgamento os atenuantes de um “crime contra a honra”, que decerto conhecia, lhe fossem concedidos. Mas o julgamento que o levou à morte não foi o da Justiça, mas aquele dos costumes, tragicamente, baseado nos mesmos valores de vingança que o motivaram a cometer o crime.

<sup>6</sup> A importância conferida ao hímen como testemunho da pureza e como signo demarcador da honra sexual feminina motiva uma série de estudos médico-legistas no Brasil da Primeira República, demonstrando a grande preocupação das autoridades jurídicas com a virgindade feminina durante os 50 anos de vigência do código penal de 1890, inspirando uma verdadeira “himenolatria”. (CAULFIELD, 2000:51-56).

culpado. E ao dizer isso, reafirma os códigos que legitimam as razões e as maneiras de se matar e morrer pela honra.

Seja em José Pereira, João Pessoa ou João Dantas, em que pesem suas aproximações e distanciamentos como incorporações da imagem do “homem sertanejo”, os signos de virilidade ressoam nitidamente nos códigos de honra então vigentes e realimentados por toda uma memória daqueles acontecimentos, (re)apropriados inclusive na campanha política de 1950, em que o baião *Paraíba* foi lançado. A música passa então a participar intensamente da invenção de uma identidade espacial, política, claramente marcada por uma identidade de gênero.

Embora Luiz Gonzaga muitas vezes tenha dito tratar-se de uma homenagem às mulheres valentes do Estado, a qualificação que as diferencia, a de ser “macho”, termina por ser uma ode às características culturalmente imputadas ao masculino que, enfatizadas, fazem da Paraíba um território de dominação masculina. “Muié macho, sim sinhô” vem, na construção do refrão, como reforço ao gênero que prevalece, reafirmando a “Paraíba Masculina”. Justamente a Paraíba de uma masculinidade idealizada naquelas imagens que o baião utiliza, que remetem a 1930 e que se (re)apresentam na disputa política de décadas depois, que a canção pretende animar. Entretanto, sendo uma imagem de gênero dúbia, que escapa da determinação pelo seu hiato, facilmente se “abre” a várias interpretações e apropriações, gerando polêmicas e afetos ao longo do tempo, possibilitando uma infinidade de outros olhares.

## REFERÊNCIAS:

- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FJN, Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Nordestino**: Uma invenção do falo – Uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940). Maceió: Edições Catavento, 2003.
- CAULFIELD, Sueann. **Em Defesa da Honra**: Moralidade, Modernidade e Nação no Rio de Janeiro. (1918-1940). Tradução Elizabeth de Avelar S. Martins. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.
- COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- INOJOSA, Joaquim. **República de Princesa** (José Pereira X João Pessoa - 1930). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1980.
- LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Tradução André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993
- MACHADO, Lia Z. Masculinidades e violências: Gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. In: SCHPUN, Mônica Raisa (Org.). **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004. BADINTER, Elisabeth. **XY**: Sobre a Identidade Masculina. Tradução Maria Ignez Duque Estrada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. p. 140. p.35-78.
- NOLASCO, Sócrates. **O Mito da Masculinidade**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1993. RODRIGUES, Inês Caminha L. **A Revolta de Princesa**: uma contribuição ao estudo do mandonismo local. Paraíba (1930). João Pessoa: A União, 1978.
- VIDAL, Ademar. **João Pessoa e a Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Graal, 1978. (Coleção Depoimentos).
- SILVA, Alômia Abrantes da. **Paraíba Mulher-Macho**: Tessituras de gênero, (desa)fiões da história. (Tese de Doutorado em História) Recife, PPGH/UFPE, 2008.